
**UM EXEMPLO HISTÓRICO RECENTE
DA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA REGIÃO
SANTARÉM - LISBOA - ALCÁCER DO SAL:
AS MANOBRAS DE 1943**

Carlos Gomes Bessa

UM EXEMPLO HISTÓRICO RECENTE
DA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA REGIÃO
SANTARÉM-LISBOA-ALCÁÇER DO SAL.
AS MANOBRAS DE 1943 (*)

A importância da região Santarém-Lisboa-Alcácer do Sal, do ponto de vista da defesa nacional, pode ser testemunhada por múltiplos exemplos históricos.

Nas clássicas *Conferências sobre Estratégia*, de sua autoria, o então Coronel Tasso de Miranda Cabral afirmou que, em vez de *zona de defesa concentrada*, como muitos a designavam, melhor se lhe devia chamar *zona de concentração final de defesa*, porque, mais do que garantir propriamente na área a defesa concentrada num ponto, o importante seria concentrar-se na zona a defesa final do Continente, o que não é a mesma coisa ⁽¹⁾.

Na região se encontra situado o objectivo principal e decisivo de qualquer linha de operações ou de invasão de Portugal: Lisboa e o seu porto, associado ao de Setúbal ⁽²⁾.

Entre os muitos exemplos históricos ilustrativos deste facto afigurou-se interessante escolher o das Manobras Militares de 1943 desenvolvidas nesta região. Um dos motivos de escolha foi o de se tratar de um acontecimento contemporâneo de muitos portugueses ainda vivos, mas de cuja importância histórica e política com ele relacionada muito poucos se aperceberam. E, no entanto, poderiam ter sido o limiar de um efectivo e doloroso envolvimento de Portugal na II Guerra Mundial. Além disso, foram o último acontecimento ocorrido na História Militar portuguesa demonstrativo da importância decisiva da região.

(*) «Conferência integrada no Seminário sobre Comunicação Social Regional e Defesa Nacional, organizada pelo IDN na Golegã em 27 de Fevereiro de 1988, efectuada em representação da Academia Portuguesa da História.

(1) Coronel Miranda Cabral, *Conferências sobre Estratégia* (2º volume), Escola Central de Oficiais, Lisboa, 1932, pág. 159 a 161.

(2) Tratando-se de uma conclusão tão generalizadamente aceite, não será indicado incluir quaisquer referências bibliográficas, tão numerosas e dispensáveis são elas.

Não será no detalhe das manobras em si que nos deteremos. De momento faltam muitos dados documentais para as apreciar com o devido rigor. Felizmente, estão em curso empenhadas diligências de pesquisa susceptíveis de resultar em considerável avanço na matéria ⁽³⁾.

Expor-se-à de preferência, por conseguinte, o contexto histórico interno e externo em que se inseriram as Manobras Militares de 1943 — uma aparência de treino de rotina das tropas convocadas, por detrás do qual se ocultaram graves riscos para Portugal.



Mais de quatro anos haviam decorrido desde que a II Guerra Mundial eclodira em consequência da invasão da Polónia pelas tropas alemãs, em 1 de Setembro, e pelas russas, em 17 do mesmo mês do ano de 1939.

No dia 5 de Outubro de 1943, na região Santarém — Lisboa — Alcácer ⁽⁴⁾, iniciou-se a concentração de tropas convocadas para Manobras. Os efectivos eram de cerca de 80 000 homens, segundo o General Ernesto Machado, os maiores até em data reunidos alguma vez em Portugal para tal fim.

⁽³⁾ Por despacho de 18 de Dezembro de 1984 do General Chefe do Estado Maior do Exército, foi constituído um Grupo de Trabalho chefiado pelo General Arménio Nuno Ramires de Oliveira, com a finalidade de ser estudada e publicada a «História do Exército Português» desde a I Guerra Mundial, até final da II Guerra Mundial (1945). o Grupo de Trabalho está desenvolvendo actualmente esforçadas diligências no sentido de se conseguir reunir e interpretar documentação dispersa com interesse para um mais profundo e rigoroso conhecimento dos factos ocorridos, como este, durante o período de tempo que lhe compete historiar.

⁽⁴⁾ General Ernesto Machado, *Recordando. Nas duas Grandes Guerras*. Edição do Autor, Lisboa, 1959, pág. 196 a 201. A 1.ª Divisão recebeu quatro missões tácticas diferentes, efectuando operações de campanha, com intervalos de tempo muito reduzidos, entre as linhas Abrantes — Tomar — Vila Nova de Ourém — Leiria e Alhandra — Bucelas — Lousa — Malveira — Mafra e a da cobertura do movimento da 3.ª Divisão para a margem esquerda do Tejo e da sua nova concentração. A 2.ª Divisão foram também atribuídas várias missões, a primeira englobando Montemor e as últimas nas linhas Marateca — Pegões — Canha e Setubal — Palmela — Pinhal Novo. A 3.ª Divisão efectuou a travessia do Tejo, em 21 e 22 de Outubro, na região entre as pontes de Santarém e de Vila Franca de Xira. A articulação da Divisão para a travessia foi a seguinte: coluna da direita, coluna do centro, coluna da esquerda, Cavalaria, coluna de 2.º escalão e QG. Os movimentos preparatórios efectuaram-se

Integravam-se num Corpo de Exército a três Divisões: a 1.^a Divisão instalada a Norte e a 2.^a a Sul do Tejo; a 3.^a Divisão estava colocada em 2.^o escalão e o Quartel General e as tropas de Corpo dispunham-se também a Norte do Tejo.

A Directiva do Corpo de Exército definia como objectivo final da instrução das Manobras «a preparação técnica e táctica das Divisões para campanha». O desenvolvimento dessa instrução deveria fazer-se progressivamente, mas era «indispensável obter — ainda que por modo sumário — que as unidades elementares e as subunidades tácticas se encontrassem prontas para o combate em breve prazo». Determinava-se mais que «o aperfeiçoamento da instrução técnica teria de ser feito na medida do tempo disponível, durante o desenvolvimento da instrução táctica» (5).

Dois pontos importa ressaltar nesta Directiva:

- a urgência exigida quanto a conseguir-se a prontidão das tropas para o combate, considerado como uma possível eventualidade;
- em consequência, a necessidade de o aperfeiçoamento na instrução técnica do avultado e excelente material moderno de diversa natureza, recebido já no local das manobras para completar o armamento e equipamento das tropas (armas e acessórios, material de sapadores, antigás, sanitário, automóvel, de transmissões, de bivaque, munições,

com o concurso dos caminhos de ferro, e utilizaram-se como meios de passagem pontes permanentes para elementos auto e hipo c, elementos descontínuos para as restantes tropas — portadas de barcos improvisadas pelo Batalhão de Pontoneiros e portadas de equipagem de pontes do mesmo B. P., que tiveram um rendimento excedendo a expectativa, pela boa vontade e desembaraço do seu pessoal. A 3.^a Divisão reagrupou-se, após a travessia, na região Samora Correia — Benavente — Salvaterra — Muge, com Posto de Comando em Samora Correia. Segundo o General Louro de Sousa, esta operação estava completada no dia 24 de Outubro.

O efectivo total de 80 000 homens convocados para as Manobras de 1943, referido pelo General Ernesto Machado no seu livro, parece exagerado. Segundo documentos de que dispõe o General Fernando Louro de Sousa, que participou nestas Manobras, o Quadro Orgânico de cada Divisão compreendia um efectivo de 16 186 homens, mas apenas vieram a ser convocados 15 300. Portanto o efectivo das 3 Divisões era de cerca de 46 000 homens. Não é de crer que os seus efectivos excedessem muito os 15 000 homens. Sendo assim, os efectivos totais do pessoal em manobras deveria andar à volta dos 60 000 homens. Com a documentação actualmente existente, no entanto, não foi possível esclarecer melhor a questão.

(5) General Ernesto Machado, ob. citada, pág. 194 e 195.

equipamentos e arreios, oficial, e de diverso outro tipo) ⁽⁶⁾, ter de ser feito na medida do tempo disponível e em simultâneo com a instrução táctica a ministrar.

Para bem se compreenderem estas determinações, tentar-se-ão resumir, no breve tempo disponível, alguns aspectos importantes relacionados com estas Manobras, referentes:

- à política externa portuguesa durante a II Guerra Mundial;
- ao rearmamento do Exército Português;
- às ameaças sentidas desde o início da guerra quanto à integridade territorial portuguesa;
- à concessão de facilidades à Inglaterra nos Açores.

A política externa portuguesa na II Guerra Mundial

Antes mesmo do início da Guerra Civil de Espanha, em 20 de Setembro de 1935, o Governo Português tornou pública a definição da sua política externa assente nas seguintes bases:

- de harmonia com a linha tradicional, coincidente com os verdadeiros interesses da Pátria Portuguesa, era vantajoso «não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias»;
- a manutenção da amizade peninsular;
- o desenvolvimento das possibilidades do nosso poderio atlântico, favorecido por amigáveis e cordiais relações com a Espanha, que nos libertariam de desconfianças e preocupações do seu lado, e pela Aliança Inglesa, mantida por interesses comuns através dos séculos.

Quanto à Aliança Inglesa ressaltava-se, contudo, que ela «não era nem uma tutela, nem uma fiança da nossa acção política interna ou externa». Trabalhar-se-ia para valorizar ao máximo aquele instrumento político, mas acrescentava-se: «visto que temos de dar, havemos de saber exigir» ⁽⁷⁾.

⁽⁶⁾ Idem, ibidem, pág. 201.

⁽⁷⁾ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, II Vol (1935 — 1937, 2.^a edição, Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1946, pág. 65 a 81.

Em 17 de Março de 1939, terminada a Guerra Civil de Espanha, Portugal firmou com a Espanha, por iniciativa e pedido desta, um Tratado de Amizade e Não Agressão. Em consequência, a Espanha, com clara compreensão dos superiores interesses da Península, subordinava a definição de qualquer política externa sua às declarações deste Pacto. Do ponto de vista do Governo Português, «quem quer que haja reflectido na política tradicional inglesa e no sentido essencialmente defensivo da sua actuação internacional, terá podido compreender quanto a Inglaterra deve apreciar a criação desta verdadeira zona de paz na Península (do ponto de vista português, o objectivo essencial do Pacto), dado que um dos Estados é seu velho aliado e o outro foi sempre seu amigo». «A esta luz o Tratado era bem o coroamento de uma obra e a pedra angular de uma política» ⁽⁸⁾.

As linhas definidoras da política externa portuguesa, haviam já sido publicamente expressas em 6 de Junho de 1937 ⁽⁹⁾, em termos semelhantes aos atrás referidos.

No próprio dia da invasão da Polónia, a 1 de Setembro de 1939, e antes mesmo de a Grã-Bretanha declarar guerra à Alemanha, numa atitude de manifesta independência política relativamente à sua poderosa Aliadas, o Governo Português, em nota oficiosa, assumia «os deveres da nossa Aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave», embora, «felizmente, esses deveres não obrigassem a abandonar a situação de neutralidade. Tinha-se como o mais alto serviço poder manter a paz para o povo português, esperando-se que, nem os interesses do País, nem a sua dignidade, nem as suas obrigações, lhe impusessem comprometê-la» (a neutralidade) ⁽¹⁰⁾.

A orientação seguida norteava-se, e continuaria a nortear-se até final da Guerra, por bases pragmáticas de natureza geopolítica, muito mais do que por impulsos de ordem ideológica. Daí, a pronta vinculação à Aliança Inglesa, mas evitando um exclusivismo tutelar limitador da independência nacional mediante a amizade com a Espanha e o esforço diplomático desenvolvido no sentido de afastar esta de compromissos com o Eixo e de a aproximar da Inglaterra.

⁽⁸⁾ Idem, III volume (1938 — 1943), 2.ª edição, Coimbra Editora Lda., Coimbra, 1959.

⁽⁹⁾ Idem, ibidem, II volume, pág. 301 a 316.

⁽¹⁰⁾ Idem, ibidem, III volume, pág. 173 e 174.

É útil ainda hoje meditar nesta orientação, para defesa da nossa independência de país pequeno e enfraquecido, no respeitante ao relacionamento, quer com a grande potência peninsular nossa vizinha, quer com as poderosas nações europeias a cuja comunidade pertencemos, quer com as potências marítimas, seja a mundial, os Estados-Unidos, ou as europeias, Inglaterra e Holanda, cujo apoio, como país atlântico que continuamos a ser, se nos torna indispensável, para evitarmos cercos a que nos queiram sujeitar, quer ainda com as nações que falam a língua portuguesa, em especial o Brasil, cujos laços interessará estreitar o mais possível.

O rearmamento do Exército Português

Muito antes do início da II Guerra Mundial, e até da Guerra de Espanha, o Governo Português pretendia rearmar-se, com a noção de que não basta desejar a neutralidade. É necessário ter poder para defendê-la e preservá-la.

Em 11 de Maio de 1936 o Ministro da Guerra afirmou ⁽¹¹⁾:

«Temos de ter um Exército, que nos é necessário para defesa dos grandes interesses da Nação».

Nesse sentido se lançaram as reformas militares de 1937. Visavam elas levantar o moral do Exército, começando por desenvolver a força de carácter e a vontade consciente de servir dos militares, rever a sua organização, dotá-lo de melhores meios e preparação técnica, teórica e prática, e facultar-lhe instalações adequadas, matéria em que se havia chagado a inverosímeis extremos ⁽¹²⁾.

O rearmamento punha-se, pois, como questão de singular urgência. Mas Portugal não era um país produtor de armamento. Não lhe restava, em vista disso, senão obtê-lo no estrangeiro.

Não perdendo de vista a melhor forma de cumprir as obrigações da Aliança e antevendo uma provável cooperação ulterior dos exércitos português e inglês lutando lado a lado, foi considerado do maior interesse

⁽¹¹⁾ Idem, ibidem, II vol., pág. 121 a 123.

⁽¹²⁾ Idem, ibidem, II vol., pág. 209 a 217.

terem ambos material e equipamento iguais para uma melhor e mais fácil colaboração ⁽¹³⁾.

O Governo Britânico aceitou a ideia, sem se comprometer, contudo, quanto a prazos de entrega, por, no seu entendimento, ter de os condicionar pelos limites de execução do seu próprio plano ⁽¹⁴⁾.

Portugal adoptava este critério por sua insistente iniciativa e acentuaria repetidas vezes ser puramente política a importância dada pelo Governo Português à questão ⁽¹⁵⁾. Nem sempre o material inglês era o de melhor qualidade, nem maiores as facilidades concedidas pelo Governo Britânico e os custos de aquisição eram bem mais baixos noutros países, em particular, na Itália e na Alemanha ⁽¹⁶⁾.

A satisfação das encomendas colocadas na Inglaterra, teve execução irregular e demorada. No ano de 1941, por esse motivo, longe se estava da obtenção do material pretendido, e eram gravíssimas as ameaças a penderem sobre Portugal como consequência do evoluir da guerra.

A Inglaterra foi-nos fornecendo a custo artilharia de costa para a defesa de Lisboa e, mais tarde, para Lourenço Marques e os Açores, além de peças antiaéreas de 9,4, com os respectivos preditores, telémetros, projectores de 10,5 e tractores, e ainda de obuses de 8,8, material de transmissões, entre o qual os postos de rádio P11 e P21, e mais tarde, de artilharia média de 14 e 11,4.

A França, por motivos políticos, negou-se a reabastecer Portugal e pressionou a Checoslováquia no sentido de não satisfazer encomendas que lhe haviam sido postas, levando, por tal motivo, o Governo Português a cortar relações diplomáticas com ela ⁽¹⁷⁾.

⁽¹³⁾ *Dez Anos de Política Externa (1936 — 1947)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, vol I, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1973, documento n.º 1 (Nota entregue em mão pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Inglaterra em Lisboa, a 4 de Setembro de 1936), pág. 15 a 18. O Ministro dos Negócios Estrangeiros era então o Doutor Armindo Monteiro e o Embaixador Sir Charles Wingfield.

⁽¹⁴⁾ A situação mantinha-se ainda idêntica em 27 de Maio de 1938, como o mostra o Memorando entregue nessa data pelo Embaixador da Inglaterra em Lisboa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Portugueses (Ver DAPE, vol I, documento n.º 301, pág. 374 e 375).

⁽¹⁵⁾ Idem, ibidem, doc. n.º 1, pág. 15 a 18.

⁽¹⁶⁾ Idem, ibidem, doc. n.º 265 (Telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres, de 8 de Abril de 1938), pág. 342 a 344.

⁽¹⁷⁾ Idem, ibidem, doc. n.ºs 43, 45, 46 e 47, pág. 97 a 100 e 49, 50, 51 e 52, pág. 111 a 114 e Franco Nogueira, *Salazar*, 3.º volume, Atlântica Editora, Coimbra, 1978, pág. 123 a 126.

A incapacidade da Inglaterra veio a obrigar o Governo Português a procurar adquirir material noutros países. Entre os neutrais, recebeu da Dinamarca metralhadoras *Madsen* para a Cavalaria, e da Suécia peças antiaéreas *Bofors* de 4 cm e cunhos para capacetes de aço. Entre os beligerantes, a Alemanha forneceu grandes partidas de material: espingardas *Mausser*, metralhadoras *Dreyse*, obuses de 10,5 e de 15. A Itália, por seu turno, abasteceu-nos de metralhadoras *Breda* e de obuses de 7,5 de montanha ⁽¹⁸⁾.

O recurso ao material fornecido pela Alemanha e pela Itália foi adoptado, apesar da grande oposição da Inglaterra e da contrariedade portuguesa pela obrigação de se empregarem calibres não usados pela sua Aliada, facto de que forçosamente haveriam de resultar grandes embaraços no reabastecimento de munições em tempo de guerra. Não restava, contudo, outra alternativa.

A recepção deste material começou a verificar-se numa mais larga escala, a partir do fim de 1940. Com algum dele se puderam equipar as unidades mobilizadas para os Açores, Madeira, Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Os primeiros pontos do territórios nacional que receberam forças expedicionárias do Continente foram os Açores, Angola e Moçambique.

A defesa do Arquipélago dos Açores não se dispersou por todas as ilhas. Concentrou-se em S. Miguel, na Terceira e no Faial. O Comando Militar foi transferido de Angra para Ponta Delgada ⁽¹⁹⁾.

A construção definitiva das obras de fortificação e das plataformas foi efectuada por Capitães de Engenharia, em regime de administração directa. Na Horta e Ponta Delgada as peças ficaram instaladas e prontas a fazer fogo no princípio de Setembro de 1940, realizando-se as experiências iniciais de tiro, respectivamente, em 29 do mesmo mês e em 15 de Outubro ⁽²⁰⁾.

A 18 desse mês desembarcou na Horta, com destino à defesa da ilha do Faial, o primeiro Batalhão de Infantaria expedicionário, o 66. Ao longo de 1941 e até meados de 1942, chegaram aos Açores mais sete Batalhões expedicionários.

⁽¹⁸⁾ O pormenor destes fornecimentos consta de muitos documentos integrados na obra citada DAPE, sobretudo nos volumes I e II, e VI, VII e VIII.

⁽¹⁹⁾ General Ernesto Machado, ob. citada, pág. 89 e 113.

⁽²⁰⁾ Idem, ibidem, pág. 121 a 127.

A defesa dos Açores ficou assim articulada, em traços largos:

- Comando Militar dos Açores em Ponta Delgada e Comandos Militares de S. Miguel, da Terceira e do Faial;
- em S. Miguel: 3 Comandos de Regimento, enquadrando 10 Batalhões de Infantaria, 3 dos quais com quadros nacionais e praças de recrutamento local; 1 Bateria de Artilharia de Costa, dotada de material pesado de longo alcance, mas muito antiquado, 1 Grupo a 3 Baterias, e 1 Bateria de Campanha e 5 Baterias Antiaéreas; 1 Batalhão de Sapadores Mineiros a 3 Companhias, 1 Companhia de Parque e 1 Destacamento de Engenharia;
- Na Terceira: 1 Comando de Regimento, 4 Batalhões de Infantaria, 3 dos quais com quadros nacionais e praças do recrutamento local e 8 Baterias de Artilharia de Campanha e Antiaérea; 1 Companhia de Sapadores Mineiros e 1 Destacamento de Engenharia;
- No Faial: 1 Comando de Regimento, 3 Batalhões de Infantaria expedicionários; 1 Bateria de Artilharia de Costa, 1 Bateria de Artilharia de Campanha e 2 Antiaéreas; 1 Companhia de Sapadores Mineiros.

O dispositivo logístico do Arquipélago de modo idêntico se encontrava descentralizado pelas três Ilhas. Os efectivos eram da ordem de 30 000 homens ⁽²¹⁾.

A defesa de Cabo Verde dispunha de 1 Comando Militar que, à semelhança dos Açores, fora transferido neste caso da Praia para S. Vicente. Semelhantemente, apenas quatro ilhas esta guarnecidas: a do Sal, a de S. Vicente, a de Santiago e a de Santo Antão. As duas primeiras dispunham de 1 Comando de Regimento. Para o Arquipélago foram enviados 5 Batalhões expedicionários. O primeiro a desembarcar foi destinado ao Sal, aonde chegou em Junho de 1941.

A defesa da Madeira foi assegurada por três Batalhões de Infantaria, 2 dos quais com quadros nacionais e recrutamento local de praças, 3 Baterias (uma de Campanha, outra de Costa e outra de Antiaérea). O Batalhão expedicionário desembarcou em Março de 1941.

⁽²¹⁾ General Manuel de Sousa Meneses, *A defesa dos Açores na 2.ª Guerra Mundial* (no prelo) e elementos colhidos do Grupo de Trabalho para a História do Exército Português.

Em Angola, além do Quartel General e unidades que poderíamos designar como de guarnição normal, desembarcaram 2 Batalhões expedicionários em Agosto de 1940 e Fevereiro de 1942. Mais outro desembarcou no Lobito em 16 de Junho de 1944. Veio a ser transferido para Moçambique, a fim de embarcar em 19 de Novembro desse ano com destino a Timor e a pôr termo à ocupação japonesa.

Para Moçambique, além do Quartel General e das unidades da Guarnição normal do território, foram mobilizados mais dois Batalhões expedicionários, desembarcando o primeiro em Agosto de 1940 e o segundo em Abril de 1942 ⁽²²⁾.

Para o planeamento das questões militares referentes à defesa e ao rearmamento foram estabelecidos e mantidos frequentes e estreitos contactos entre os Governos e autoridades militares de Portugal e da Inglaterra, iniciados mesmo antes da eclosão da guerra.

Pela importância que veio a ter, merece referência particular a designada *Missão Barros Rodrigues*, chegada a Londres, por convite da Inglaterra, a 20 de Fevereiro de 1941 ⁽²³⁾.

Nos contactos iniciais pretendiam os ingleses que a sua acção, no caso de um ataque a Portugal, deveria ser ditada pelas circunstâncias de ocasião. A esta tese se opôs com firmeza o Chefe da Missão, Coronel Barros Rodrigues, alegando que, se a Inglaterra não tivesse um plano onde se considerasse o seu auxílio possível, o Estado-Maior português não poderia, por seu lado, estabelecer um plano de resistência.

Tal firmeza originou uma alteração profunda da atitude dos ingleses, a ponto de os mesmos passarem a encarar a hipótese de auxílio em pessoal e material, embora sem o poderem prometer definitivamente.

Receavam a nossa fraca capacidade de resistência, pela deficiente instrução militar e organização defensiva. O elemento essencial da defesa do País teria de ser a própria preparação nacional para a guerra que nenhum estrangeiro podia substituir nos primeiros dias. Na hipótese mais favorável, durante 16 a 30 dias a responsabilidade da defesa teria de ser inteiramente portuguesa e, com a melhor boa vontade, só ao fim de 2 meses, contados da partida do primeiro contingente, poderia um exército aliado estar a bater-se ao lado do nosso, e não seria ainda poderoso.

⁽²²⁾ Elementos facultados pelo Grupo de Trabalho para a História do Exército Português.

⁽²³⁾ DAPE, vol. VIII, documento n.º 1540 (Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros — Ofício de 13 de Março de 1941), pág. 189 a 196.

Quanto a um ataque a Portugal, os ingleses calculavam só ser possível ao fim de um mês, contado do dia em que as primeiras tropas alemãs atravessassem os Pirineus, embora se tornassem possíveis antes ataques não pesados.

O Estado-Maior inglês era concordante quanto à linha de defesa de Portugal se situar apenas à roda de Lisboa, dada a nossa fraqueza militar, isto é, que se concentrasse na região Santarém-Lisboa-Alcácer, ou seja, a que veio a constituir a zona de acção do Corpo de Exército nas Manobras de 1943.

Terminaram as conversações sem compromissos mútuos, mas os portugueses passaram depois delas a poder organizar os seus planos a partir de duas premissas essenciais: a da manutenção do domínio inglês no Atlântico Oriental e a da existência de uma zona de resistência à volta de Lisboa, tornada objectivo principal e decisivo a defender a todo o custo.

Para o resto do País organizar-se-ia um plano de destruições, com a finalidade de demorar o avanço do inimigo e dificultar o seu reabastecimento, e outro de evacuação das populações e dos seus haveres e a do próprio Governo, cuja transferência para os Açores se admitia como hipótese.

As ameaças sobre Portugal nos primeiros anos da Guerra

O tempo só nos permite tratá-las em termos muito genéricos.

A capitulação da França em Maio de 1940 provocou enormes inquietações em Portugal (24). As tropas alemãs marchavam em direcção à fronteira espanhola dos Pirineus e o Embaixador de Portugal em Madrid informava Lisboa de que fortes pressões se exerciam pelos alemães sobre o Governo Espanhol com vista a fazê-lo entrar em guerra a seu lado, embora

(24) Franco Nogueira, ob. citada, pág. 256 a 260 e 268 a 276. Nos fins de Abril o Adido Militar britânico elaborara um relatório para o Embaixador Selby prevendo uma invasão alemã da Espanha, ou um golpe de mão sobre Portugal. Selby entrou em pânico e recomendou ao Foreign Office a ocupação militar do nosso país «por três a cinco divisões britânicas, acompanhando a diligência oficial por uma carta particular ao Secretário de Estado, Lord Halifax. David Eccles, do Ministério da Guerra Económica inglês, vindo a Lisboa para negociações relativas ao bloqueio da Inglaterra contra a Alemanha, enviou também para o Foreign Office uma carta mais do que pessimista. O Foreign Office reagiu, no entanto, com maior serenidade, embora decidisse estudar o relatório.

lhe parecesse quanto a isso, que, no momento, o maior perigo havia passado (25).

As relações entre os dois Governos peninsulares tornaram-se na ocasião mais difíceis, em virtude do reforço da corrente espanhola favorável ao Eixo, designadamente a Falange, que se pronunciava a favor de uma União Ibérica. Os boatos corriam em catadupas.

A margem de tal corrente, no maior sigilo, aos dois Governos foi possível assinar em Lisboa o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não Agressão, em 29 de Julho desse ano (26).

O Foreign Office, pela voz de Lord Halifax, enalteceu nos Comuns um acto considerado pelo Governo Britânico estabilizador da política de neutralidade peninsular (27).

No dia 9 de Maio de 1940, o Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, Coronel Beigbeder, chamou o Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministério, a fim de efectuar uma comunicação de certa importância de que o Generalíssimo o encarregara para ser imediatamente transmitida ao Presidente do Conselho português, por reputar a informação obtida de fonte muito segura: um oficial superior francês afirmara a pessoa de toda a confiança, que «ocupava agora um posto no exército expedicionário a Portugal». Não supunha que os aliados intentassem qualquer acção sobre a metrópole, mas tinha grande receio de que se preparasse um golpe contra os Açores (28).

A 15 de Maio, o War Cabinet, com desconhecimento de Lisboa, dava instruções aos Chefes de Estado-Maior para começarem a preparar planos secretos detalhados de ocupação de alguns pontos estratégicos em território português, com vista a evitar que os Açores, Cabo Verde, os portos de Luanda, do Lobito, de Lourenço Marques e da Beira, bem como o caminho de ferro desta, caíssem em mãos inimigas (29). Os nomes de código dos planos,

(25) DAPE, VI vol., documento n.º 684 (carta de 10 de Maio de 1940 para o Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 606 e 607.

(26) Pedro Theotónio Pereira, Memórias, vol. II, Editorial Verbo, Lisboa, 1973, pág. 227 a 234.

(27) DAPE, vol. VII, doc. 1072, pág. 333 e 334.

(28) DAPE, vol. VI, doc. 671 (Do Embaixador de Portugal em Madrid ao Ministro dos Negócios Estrangeiros — Comunicação do Generalíssimo através do Ministro dos Assuntos Exteriores), pág. 596 a 598.

(29) Franco Nogueira, ob. citada, pág. 268 a 276.

ingleses de ocupação dos Açores e Cabo Verde, eram, respectivamente, *Brisk e Shrapnel* ⁽³⁰⁾.

Em 22 de Maio, Lord Halifax enviou uma carta secreta ao Embaixador de Portugal em Londres, referindo-se à «posição estratégica extremamente valiosa» das ilhas dos Açores e de Cabo Verde e à preocupação do Governo Britânico pela «situação potencialmente perigosa» ali existente. Muito desejava que o Governo Português tomasse em breve medidas que protegessem aquelas ilhas. Ao Governo Português cabia determinar a maneira de efectuar essa protecção, mas pedia que fossem tomadas todas as precauções ao alcance do mesmo para a respectiva protecção, enviando, se possível, para elas um adequado corpo de tropas regulares ⁽³¹⁾. Como vimos, depois da organização de algumas unidades de recrutamento local, em 18 de Outubro, desembarcou na Horta com destino ao Faial o primeiro Batalhão expedicionário.

Em 1 de Junho, o Embaixador Selby informava o Foreign Office da sua satisfação, porque «dentro das suas possibilidades o Governo Português estava empenhado em tomar todas as necessárias precauções. Estava a responder aos pedidos ingleses com uma celeridade fora de habitual» ⁽³²⁾.

A Inglaterra continuava a sentir dificuldades em apoiar o rearmamento português. Apesar de entender que a manutenção da neutralidade portuguesa era a atitude mais conveniente aos interesses dos dois países, não deixava de apresentar pedidos susceptíveis de a comprometer, razão pela qual o Governo Português nem sempre lhes dava um acolhimento e uma resposta imediata.

Em consequência, Lord Halifax, em 7 de Março de 1940, chamou o Embaixador de Portugal ao Foreign Office e, no mesmo dia, o Embaixador da Inglaterra em Lisboa apresentou um Memorial no Ministério

⁽³⁰⁾ Glyn A. Stone, *The Oldest Ally: Britain and the Portuguese Connection, 1936 — 1941* (trabalho dactilografado proposto para publicação), 1987. Um dos militares que esteve ligado a estes projectos ingleses foi Montgomery quando comandava a 3.ª Divisão Britânica, como refere o General José M. Bethencourt Rodrigues em *Lendo as «Memórias» de Montgomery*, separata da «Revista Militar», Lisboa, 1982, pág. 24.

⁽³¹⁾ Glyn A. Stone, ob. citada.

⁽³²⁾ DAPE, vol. VII, doc. n.º 761 (Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 63 e 64 e n.º 762 (Carta do Secretário de Estado Britânico dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 64 e 66.

dos Negócios Estrangeiros. Pelas duas diligências se fazia ciente o Governo Português de que o Governo de Sua Majestade não podia ocultar que o acolhimento dado pelo primeiro aos pedidos por ele apresentados desapontava fortemente Lord Halifax, o Secretário de Estado do Foreign Office ⁽³⁾.

No dia 13 o Ministro dos Negócios Estrangeiros português entregou em mão ao Embaixador Britânico em Lisboa o Memorial de resposta ⁽⁴⁾. O Governo Português mantinha não lhe ser possível «deixar de se ocupar a sério da reorganização, instrução e armamento das suas forças militares — em primeiro lugar, porque nenhum Governo consciente se podia absolver de deixar exclusivamente a cargo de outrem o cuidado da sua defesa e, em segundo lugar, porque estava firmemente convencido de que interessava aos dois países um Portugal forte e suficientemente armado».

Dada a importância da manutenção da neutralidade portuguesa, reconhecida pela própria Inglaterra, o Governo Britânico recebera com prazer a segurança dada pelo Governo Português de prestar toda a atenção e considerar com a maior boa vontade, dentro da sua neutralidade benevolente, tudo aquilo que pudesse ser útil ao Governo Britânico. Não seria exacto, portanto, equiparar a discussão dos assuntos à recusa de os resolver de modo satisfatório, nem mesmo verificando-se uma negativa formal. Nenhum pedido seria apresentado pelo Governo Britânico sem que o Governo Português o julgasse sinceramente, dentro das suas possibilidades jurídicas e técnicas e dentro de uma digna interpretação da sua neutralidade.

Mas isto não eximia o Governo Português a examinar todas as pretensões apresentadas, por duas razões: a primeira, por ser ele o primeiro e principal responsável pelos seus actos; a segunda, por ser a ele mais seguramente do que a ninguém que competia ajuizar de todas as possibilidades e da correcção com que pretendia dirigir-se.

Se o Governo de Sua Majestade estivesse na disposição de considerar que toda a discussão significava negativa e toda a negativa era faltar Portugal aos deveres de amizade para com a sua Aliada, então deveriam ater-se os dois Governos a muitas dificuldades e equívocos, o que seria

⁽³⁾ DAPE, vol. VI doc. n.º 431 (Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 377 a 379, e n.º 435 (Do Embaixador de Sua Majestade Britânica ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 381 a 387.

⁽⁴⁾ Idem, ibidem, documento n.º 454, pág. 400 a 405.

certamente muito desagradável para ambos os Governos, mas isso não teria remédio da parte portuguesa.

Era esta atitude do Governo Português, assente em claros interesses das duas nações aliadas, tão maduramente reflectida que não se sabia porque haveria de ser modificada, nem os factos passados ou presentes justificavam o juízo de que devia tê-lo sido.

O futuro, com a aproximação alemã da fronteira espanhola dos Pirineus, após as suas vertiginosas vitórias que levaram à capitulação da França em Maio de 1940, veio a confirmar ser avisada a atitude adoptada em benefício dos interesses, não só portugueses, como das demais nações e, em particular das Aliadas.

No Outono de 1940, Hitler, não dispondo de superioridade aérea para se lançar na invasão da Inglaterra, encarou a hipótese de a isolar. A tomada de Gibraltar favorecer-lhe-ia esse plano ⁽³⁵⁾. Pretendeu obter a cooperação de Franco, encontrando-se com ele em Hendaya a 23 de Outubro. Com astúcia, o Generalíssimo adoptou uma atitude evasiva, manifestando calorosa simpatia pelo Eixo, mas condicionando a sua adesão ao plano à possibilidade de solucionar previamente os seus difíceis problemas de carências de bens alimentares e de armamento e equipamento militar ⁽³⁶⁾. No dia seguinte, Hitler encontrou-se com Pétain em Montoire. De novo, lhe não foi favorável o encontro, pois o Marechal negou-se a

⁽³⁵⁾ John Toland, *Adolf Hitler*, Doubleday and Company Inc, Garden City, New York, 1976, pág. 630.

⁽³⁶⁾ Raymond Cartier, *La Seconde Guerre Mondiale*, Paris, 1965, pág. 177 e 178 e John Toland, ob. cit., pág. 634 a 636. Num longo discurso inicial Hitler pediu a Franco para fazer a Espanha entrar em Guerra a 10 de Janeiro de 1941. O Generalíssimo ouviu calado e falou depois. Queria conquistar Gibraltar, mas isso tinha de ser feito por espanhóis, e não recebido como dádiva de uma potência estrangeira. Seria necessário reequipar o Exército completamente, reconstruir os caminhos de ferro arruinados pela guerra civil, e assegurar uma alimentação suficiente para uma população subalimentada a fim de lhe retemperar as forças. A Espanha contava com o concurso da Alemanha para todas estas tarefas, mas não podia pensar em estar pronta num prazo tão curto. A reunião durou sete horas, e a meio dela Hitler teve um ataque de fúria pelas objecções apresentas por Franco.

declarar guerra à Inglaterra ⁽³⁷⁾. Pior foi, porém, o encontro com Mussolini em Florença, a 28 de Outubro. Irritado pela ocupação alemã da Roménia sem ter sido avisado antes, o Duce decidira invadir a Grécia nesse dia, sem pôr Hitler antecipadamente ao corrente. O último compreendeu desde logo a gravidade de invasão e afirmou que os italianos acabavam de lhe destruir os planos ⁽³⁸⁾.

Mesmo assim Hitler não abandonou a ideia de se apoderar, quer de Gibraltar após invasão da Península, quer das ilhas atlânticas. Elaborou para o efeito a Directiva n.º 18, de 12 de Novembro, com o nome de código *Felix*. A ela se opôs o Comando Naval, devido a não possuírem os alemães, em seu entendimento, de suficiente poder no mar para ocuparem as ilhas e as conservarem depois na sua posse ⁽³⁹⁾.

O peso pressentido em Portugal desta ameaça aumentava as preocupações do Governo Português e o seu empenhamento na urgência do rearmamento e na conveniência em se efectuarem conversações entre Estados-Maiores com os ingleses.

Em 6 de Maio de 1941, quando a invasão da Península Ibérica pelos alemães aparecia como iminente aos observadores mais categorizados e, para impedir ou deter, os ingleses não teriam meios nem mesmo com o auxílio dos americanos, a tensa situação levou o Senador Pepper a

⁽³⁷⁾ Raymond Cartier, ob. citada, pág. 178 e 179 e John Toland, ob. citada, pág. 640 e 641. Hitler perguntou a Pétain se a França estava decidida a defender o seu império contra os ataques ingleses e a reconquistar os territórios dissidentes que haviam tomado posição ao lado dos Aliados. Pétain respondeu que a França tinha sofrido demais do ponto de vista material e moral para se lançar em novo conflito, e perguntou porque é que a Alemanha não esclarecia a França sobre o seu destino, não lhe reduzia os custos da ocupação, abrandava a linha de demarcação e libertava os prisioneiros. Laval reconheceu, por seu lado, que a declaração de guerra à Inglaterra era nessa altura impossível, mas que se poderia estabelecer uma colaboração com a Alemanha noutros domínios sem serem os militares. Raymond Cartier concluiu que de Montoire o que veio ao de cima foi unicamente a palavra «colaboração». Tornou-se depois um estigma e um crime. Mas, em Outubro de 1940, fora apenas uma medalha sem valor.

⁽³⁸⁾ Raymond Cartier, ob. citada, pág. 176 — 178. Mussolini ao saber do facto consumado da ocupação da Roménia terá dito a Ciano: «Vou servir-lhe um prato da sua cozinha. Saberá da minha entrada na Grécia pelos jornais». E assim aconteceu de facto, quando, em 28 de Outubro, o comboio de Hitler parou em Bolonha, antes de chegar a Florença, e ali obteve e leu pela manhã os jornais do dia.

⁽³⁹⁾ H. R. Trevor — Roper, *Hitler's War Directives, 1939 — 1945*, Sidgwick and Jackson, Londres, 1964, pág. 39 a 42. O acesso a esta obra foi-nos facultado por deferência do Adido Militar Inglês, e por empréstimo do exemplar da obra pertencente à Biblioteca do Army Department inglês, solicitado a Londres. Nessa data, e presumo que ainda assim acontece, nenhum exemplar da obra existia em Portugal.

pronunciar no Congresso um discurso apelando para o seu Governo tomar medidas no sentido da defesa do país ⁽⁴⁰⁾. A 27, o próprio Presidente Roosevelt num discurso, após referir a importância fundamental das ilhas atlânticas para a defesa dos Estados-Unidos, chegou ao ponto de dizer que seria estúpido esperar que a Alemanha se firmasse nelas para atacar a América ⁽⁴¹⁾.

A reacção do Governo Português foi vigorosa e imediata junto do Secretário de Estado americano, exprimindo os mais sérios reparos do Governo Português pelo discurso de Roosevelt e pela doutrina nele expressa com referência directa e repetida a territórios portugueses. Chamava-se, além disso, a atenção para o perigo que seria deixar falto da indispensável clareza assunto tão grave, permitindo a outro beligerante invocar, por seu turno, perigos idênticos para, com tal fundamento, procurar justificar, como garantia necessária e antecipada, violências contra territórios de um Estado neutral ⁽⁴²⁾.

Simultaneamente, foram comunicadas ao Embaixador em Londres as diligências efectuadas junto do Departamento de Estado americano, acrescentando que o Governo Português, não tendo compromissos políticos com o Governo de Washington, não poderia deixar de considerar qualquer atitude de desconhecimento da soberania portuguesa nas ilhas atlânticas, ainda que baseada na presunção de tencionar ocupá-las uma potência inimiga, como acto de agressão ao território português com as lógicas reacções que o caso exigia ⁽⁴³⁾.

A demora na resposta formal de esclarecimento por parte dos Estados-Unidos levou o Governo Português a insistir em Londres e a esclarecer que, contra uma tal agressão americana, resistiríamos e teríamos o direito de invocar, e não deixaríamos de o fazer, as obrigações da Inglaterra para com Portugal. Além das condições de ordem material indicadas antes,

⁽⁴⁰⁾ Augusto de Castro, *Subsídios para a História da Política Externa Portuguesa durante a Guerra*, Livraria Bertrand, Lisboa, s/data, pág. 19 a 21 e DAPE, vol. VIII, doc. 1794 e 1795 (Do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 386 a 388.

⁽⁴¹⁾ Idem, ibidem, doc. 1850 e 1850 (Do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 450 a 456.

⁽⁴²⁾ Idem, ibidem, doc. 1855 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington), pág. 460 463.

⁽⁴³⁾ Idem, ibidem, doc. 1853 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 457 e 458.

surgiria esta de ordem moral e jurídica: em que situação viria a ficar a Inglaterra? (44).

A resposta do Departamento de Estado americano não foi tida como suficiente e satisfatória pelo Governo Português, que só, veio a considerar o assunto esclarecido por uma carta pessoal de Roosevelt para o Presidente do Conselho, datada de 8 de Julho, e destinada a corrigir o erro cometido. Nela exprimia, «o firme desejo dos Estados-Unidos de que não fosse violado o domínio soberano de Portugal sobre aqueles territórios» (45).

Antes do seu discurso, porém, Roosevelt ordenara aos chefes militares que preparassem forças navais para, apoiadas pelas esquadras do Atlântico, ocuparem os Açores. O treino das tropas para essa expedição foi dirigido pelo Brigadeiro-General Holland Smith, que mais tarde veio a actuar e a distinguir-se no Pacífico.

Em documento secreto para o Presidente, os seus Estados-Maiores avisavam-no de que, em virtude das forças de defesa do Arquipélago já lá existentes na ocasião, o desembarque «não poderia fazer-se sem perigo de importantes perdas para a Marinha americana, sobre quem, dado o carácter da operação, deveria recair o maior peso» (46).

A ocupação dos Açores, apesar de todas as dificuldades, acabara de facto por efectuar-se em tempo oportuno, e pôde vir a ter um apreciável efeito dissuasor de eventuais tentativas de invasão, quer por parte do Eixo, quer dos Aliados.

O Foreign Office, nestas circunstâncias, recomendou a Churchill a necessidade de obter a concordância dos Estados-Unidos quanto a manterem-se afastados de negociações numa acção em que o Gabinete Britânico sozinho estava em condições de obter melhores resultados. Roosevelt acabou por anuir à proposta.

Em 22 de Junho, a Alemanha lançou-se na invasão da União Soviética, com apreciável atraso em relação ao inicialmente previsto, resultante da necessidade que teve de intervir, quer na Grécia, quer no Norte de África, em consequência do insucesso das campanhas ali desencadeadas pelos italianos. Com o empenhamento alemão a Leste, os riscos de invasão

(44) Idem, *ibidem*, doc. 1894 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 505 a 508.

(45) DAPE, vol. IX, doc. 2040 (Do Presidente dos Estados Unidos da América ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal), pág. 37 a 41.

(46) Augusto de Castro, *ob. citada*, pág. 23 a 31.

terrestre do território português, no Continente e nas Ilhas Atlânticas, começou a atenuar-se, sem contudo desaparecer de todo. A Directiva de Hitler n.º 42, de 29 de Maio de 1942, determinava ainda ao Alto Comando a elaboração de planos com esse objectivo (47).

Tal tendência tornou-se ainda mais nítida quando, a 8 de Novembro de 1942, os Aliados desencadearam a operação «Tocha» no Norte de África. Nesse dia, o Embaixador inglês e o Ministro americano em Lisboa, em audiências solicitadas para a 1 da madrugada, respectivamente, ao Presidente do Conselho e ao Presidente da República, anunciaram o desembarque naquela zona de forças anglo-americanas.

Inglêses e americanos deram nessas audiências as suas garantias de que nenhum território português viria a ser afectado pelas operações. Os Aliados pretendiam poupar a Península aos horrores da guerra e, em virtude das estreitas e amigáveis relações entre os dois países peninsulares e da influência em Madrid do Governo Português pediam a este último que averiguasse as inquietações espanholas (48).

A concessão à Inglaterra de facilidades nos Açores

No ano de 1943, a importância estratégica dos Açores havia aumentado em consequência de a guerra submarina se ter desviado do Atlântico Norte para a área do Arquipélago. Churchill considerava que uma escala

(47) Trevor — Roper, ob. citada, pág. 121 a 123.

(48) DAPE, vol. XII, doc. 35 (Do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 68, 36 (Do Embaixador da Grã-Bretanha ao Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros — Mensagem do Primeiro-Ministro do Reino Unido), pág. 68 e 69, 37 (Do Ministro dos Estados Unidos da América ao Presidente da República — Mensagem do Presidente dos Estados Unidos da América) pág. 70 e 71, 38 (Da Legação dos Estados Unidos da América ao Ministro dos Negócios Estrangeiros) pág. 71, 39 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington), pág. 71 e 72, 40 (Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 72 e 73, 41 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros às Embaixadas e Legações de Portugal), pág. 74, 42 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington), pág. 75, 43 (Do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 75 e 76, 44 (Do Presidente de Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 76 e 77, 45 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington), pág. 77 a 79, 46 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington), pág. 79 e 80, 47 (Do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministro dos Estados Unidos em Lisboa), pág. 80 a 81, 48 (Do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 83. Ver também Franco Nogueira, ob. citada, pág. 405 a 411 e Augusto de Castro, ob. citada, pág. 81 a 91.

apoiada neles permitiria economizar um milhão de toneladas de mercadorias e vários milhares de vidas humanas por ano ⁽⁴⁹⁾.

O empenhamento alemão a Leste levou a que se atenuasse a ameaça terrestre para Portugal pendente sobre o território continental. Os riscos e ameaças maiores passaram desde então a pairar sobre os Açores, provenientes sobretudo dos Aliados.

Em Março desse ano, na Conferência de Casablanca e, em Maio, na de Washington, conhecida também pelo nome de código *Tridente*, Roosevelt e Churchill acordaram em colocar Portugal perante o facto consumado da ocupação dos Açores ⁽⁵⁰⁾. De Londres, Eden e Atlee discordaram aberta e vigorosamente. Deveria praticar-se primeiro uma acção diplomática em Lisboa. O Embaixador Campbell apoiava sem reservas esta orientação. Churchill não acreditava que a diligência resultasse. Mas foi aceite e prevaleceu o ponto de vista, embora os Estados-Unidos devessem planear a ocupação militar dos Açores, para o caso de as diligências virem a falhar ⁽⁵¹⁾. A essa operação anglo-americana foi dado o nome de código *Lifebelt*, e depois *Bracken*. O primeiro nome, cuja tradução é «cinto de salvação», dá bem ideia da importância atribuída pelos Aliados às facilidades nos Açores ⁽⁵²⁾.

Em 18 de Junho, o Embaixador Campbell, invocando a Aliança, apresentou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros o pedido de instalação nos Açores, sem precisar as condições. Sublinhava que os ingleses retirariam as suas tropas no fim das hostilidades e assegurava o respeito pela soberania portuguesa no conjunto dos seus territórios. A África do Sul associava-se, e podiam esperar-se garantias idênticas por parte dos Estados Unidos ⁽⁵³⁾.

⁽⁴⁹⁾ Winston Churchill, *Mémoires sur la Deuxième Guerre Mondiale*, vol. IV, 2.^a parte, Plon, Paris, 1951, pág. 406.

⁽⁵⁰⁾ Katharine Duff, *The War and the Neutrals*, Oxford University Press, Londres, Nova York, Toronto, 1956, pág. 336.

⁽⁵¹⁾ Augusto de Castro, ob. citada, pág. 23 a 32.

⁽⁵²⁾ Idem, ibidem, e Glyn Stone, ob. citada.

⁽⁵³⁾ DAFE, vol. XII, doc. 82 (Apontamento de conversa do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Embaixador da Grã-Bretanha), pág. 117 a 121, 83 (Do Embaixador da Grã-Bretanha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 21 a 125, 85 (Apontamento de conversa do Secretário-Geral com o Embaixador da Grã-Bretanha), pág. 131 a 134, e 86 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 134 e 135.

O Presidente do Conselho desconhecia os conluios anglo-americanos, mas teve consciência, mesmo assim, de que uma resposta negativa representaria o fim da Aliança e do Império. Em virtude disso, declarou que o pedido seria examinado com boa vontade. Era indispensável consultar Franco, mas não lhe parecia que daí resultassem dificuldades. Na altura era já menos provável um ataque à Península de iniciativa da Alemanha ⁽⁵³⁾.

Dias depois o Presidente do Conselho esclarecia o Governo Britânico, através do Embaixador de Portugal em Londres, que, apesar da fraqueza alemã, não deixava de haver a preocupação por parte do Governo Português em se tomarem as devidas precauções para evitar outro tipo de represálias alemãs. Tudo que não fosse feito com exame calmo das posições políticas e dos problemas militares e económicos que a questão comportava deixaria de ser resolução grave de Governo para se transformar em trágica e leviana aventura ⁽⁵⁴⁾.

As negociações subseqüentes para chegar a um entendimento final foram difíceis. Sem embargo da mais amistosa consideração de eventual revisão, tendo o Governo Português praticado uma política de neutralidade até então, de acordo com o Governo Britânico, como aconselhavam os superiores interesses de ambos os países, os respectivos governos concordavam em reduzir as facilidades nos Açores ao mínimo indispensável à luz da situação estratégica existente.

O Governo Inglês aceitava dar todo o apoio e auxílio militar na medida das suas possibilidades ao Governo Português, no caso de ataque ao território continental, e fornecer, quer o material de guerra em grande quantidade necessário às tropas portuguesas, quer o pessoal técnico para a respectiva montagem e instrução de manejo. As facilidades concedidas pelo Governo Português, apesar das restrições mencionadas, eram importantes, mas nos Açores apenas poderiam desembarcar tropas inglesas e no Continente nenhum soldado estrangeiro o poderia fazer ⁽⁵⁵⁾.

Foram grandes as dificuldades na obtenção de acordo quanto à fixação da data de desembarque das tropas inglesas nos Açores. Churchill pretendia marcá-la para 15 de Agosto. Portugal, contudo, necessitava de

(⁵⁴) Idem, ibidem, doc. 92 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres), pág. 141 e 142.

(⁵⁵) Idem, ibidem, doc. 127 (Apontamento de conversa em 24 de Julho de 1943 do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Embaixador da Grã-Bretanha), pág. 220 a 224.

receber antes o material e de dispôr de tempo para o distribuir às tropas e colocar estas em condições de saberem utilizá-lo ⁽⁵⁶⁾. Consultada a Missão Militar Portuguesa, que preconizava inicialmente um prazo de 2 1/2 meses a contar da data de chegada do material a Lisboa, concluia-se num relatório sobre o estado das negociações que, em 15 de Outubro, se poderia encontrar em Portugal material e equipamento para 3 Divisões, mas faltaria nessa data por completo a artilharia pesada de Corpo de Exército ⁽⁵⁷⁾.

Perante a premência inglesa, o Governo Português concordou em dar prova de boa vontade com uma antecipação.

O primeiro embarque de material fez-se na Inglaterra em 17 de Agosto. Nesse dia se assinou em Lisboa o Acordo Secreto para a cedência de bases nos Açores à Inglaterra. Nele se fixava a data do desembarque inglês antecipada para o dia 8 de Outubro ⁽⁵⁸⁾.

Em 5 de Outubro, como ficou dito, começaram as Manobras Militares.

Em 8, do Chefe do Governo Português, vencendo a relutância inglesa, deslocou-se a Ciudad Rodrigo para se encontrar com o Conde Jordana, Ministro das Relações Exteriores de Espanha, e o informar do Acordo feito com os ingleses. Este, não só assegurou imediatamente a neutralidade do seu país, como afirmou mesmo que as forças armadas espanholas se oporiam militarmente a qualquer tentativa alemã de transpôr os Pireneus ⁽⁵⁹⁾.

O Governo Português fez também questão de informar o Ministro alemão em Lisboa, antes de ser tornada pública a notícia sobre as facilidades concedidas aos ingleses. Persistia a intenção da sua parte em manter a neutralidade, como foi dito ao diplomata germânico ao ser-lhe dado conhecimento dessas facilidades com fundamento na Aliança, que Portu-

⁽⁵⁶⁾ Idem, ibidem, doc. 129 (Apontamento de conversa em 31 de Julho de 1943 do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Embaixador da Grã-Bretanha), pág. 228 a 233.

⁽⁵⁷⁾ Idem, ibidem, doc. 134 (Relatório sobre o estado das negociações em 7 de Agosto de 1943, rubricado pelo Capitão Luis Maria da Câmara Pina), pág. 246 a 253.

⁽⁵⁸⁾ Idem, ibidem, doc. 143 (versão inglesa) pág. 276 a 280, e 145 (versão Portuguesa), pág. 281 e 285.

⁽⁵⁹⁾ Franco Nogueira, ob. citada, pág. 470 a 475 e Augusto de Castro, ob. citada, pág. 43 a 50. Como informa no seu livro *Wartime Mission in Spain*, Carlton Hayes, Embaixador dos Estados Unidos em Madrid nessa época, Franco foi consultado e não viu qualquer razão para as concessões portuguesas aos Aliados poderem de alguma forma afectar o bloco ibérico ou a neutralidade da Espanha.

gal desde o início das hostilidades continuamente vinha reafirmando ⁽⁶⁰⁾. A comunicação terá sido feita às 10 horas do dia 12 de Outubro, aquele em que uma nota oficiosa foi remetida à imprensa para divulgação ⁽⁶¹⁾.

No início das Manobras na decisiva região Santarém-Lisboa-Alcácer do Sal, veio a ser recebido avultado e moderno material em rápido afluxo. A instrução das tropas no manejo desse material efectuou-se com a maior celeridade, despertando grande interesse, curiosidade e até entusiasmo por parte de quadros e praças ⁽⁶²⁾. As Manobras redundaram assim em claro sinal de que os portugueses se dispunham a defender, de armas na mão, qualquer ataque contra o seu território, em especial, na zona do Corpo de Exército.

A 15 de Outubro, o Governo do Reich reagiria com «o mais enérgico protesto» em Lisboa, reservando-se o direito de tomar as medidas decorrentes da situação modificada nos Açores, tida por aquele como grave violação da neutralidade portuguesa. Mas não chegou a haver mais nenhuma outra reacção por parte da Alemanha: nem tentativa de invasão, nem ataque aéreo ou de submarinos ⁽⁶³⁾.

Se a invasão se tivesse verificado, a concentração da defesa na zona Santarém-Lisboa-Alcácer obrigaria a executar os planos de destruições e da evacuação das populações do resto do território. Ambos e mais alguns outros haviam sido previamente estudados por diversas Missões deles encarregadas, agindo em contacto com os Estados-Maiores ingleses ⁽⁶⁴⁾.

⁽⁶⁰⁾ DAPE, vol. XII, doc. 213 (Apontamento de conversa entre o Secretário-Geral do Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Ministro da Alemanha em Portugal), pág. 384 a 388. Uma das preocupações do último foi saber se os Estados-Unidos estavam incluídos no acordo e a negativa pareceu agradar-lhe.

⁽⁶¹⁾ Idem, ibidem, doc. 217 (Nota oficiosa da Presidência do Conselho), pág. 391 e 392.

⁽⁶²⁾ General Ernesto Machado, ob. citada, pág. 201.

⁽⁶³⁾ Idem, ibidem, doc. 241 (Do Ministro da Alemanha em Lisboa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 410 a 412.

⁽⁶⁴⁾ Idem, ibidem, doc. 206 (Do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres) pág. 376 e 377. Neste documento referia-se a oferta do Embaixador de Inglaterra, expressa em memorial secreto entregue nesse dia 11 de Outubro, do envio de oficiais de Engenharia para reconhecer e estudar o plano de destruições na zona da fronteira, e mais outro oficial para elaborar relatórios sobre pormenores de facilidades dos portos. O panorama havia-se modificado e o Governo entendia, por prudência, continuar a estudar a colaboração inglesa contra uma acção por terra, mas as atenções especiais deviam dirigir-se para a hipótese de agressão aérea. O fornecimento dos técnicos de destruições não tinha assim interesse imediato e devia ser adiado, salvo acontecimentos imprevistos, para depois do regresso de Londres do Capitão Pina, que melhor podia conduzir os trabalhos em Lisboa.

A Alemanha, assoberbada com gravíssimas preocupações na condução da guerra, acabou por optar pela manutenção da neutralidade, devido às suas conveniências políticas e económicas, apesar de Portugal, em relação à Inglaterra, a 17 de Agosto, haver passado a sua de benevolente para colaborante. Evitava assim aumentar o seu isolamento político em consequência do corte de relações com Portugal e das dificuldades que se levantariam quanto às mantidas através de nós com alguns outros países. Além disso, não esquecia um trunfo muito forte do Governo Português — o do volfrâmio que obtinha e lhe era vital ⁽⁶⁵⁾.

No dia 28 de Outubro as Manobras concluíram com um desfile em Pegões das 2.^a e 3.^a Divisões perante o Chefe de Estado. A data já não restavam dúvidas de que, para o Corpo do Exército, se tornaria desnecessário entrar em combate na defesa do último reduto de resistência em território continental ⁽⁶⁶⁾.

Tudo acabara bem e em paz. Por essa razão, para a maioria dos portugueses as Manobras de 1943 não passaram de mais umas como tantas outras.

As realidades são diferentes e mostram não ter sido assim.

Ao historiá-las não deixarão, mesmo num quadro de política interna e externa muitíssimo diferente, de inúmeros ensinamentos se poderem retirar do seu estudo, úteis para os nossos dias e para os que se lhe seguirão.

Não pensando sequer no envolvimento em conflitos armados, o presente e o futuro, segundo penso, não devem vir a ser para nós, nem fáceis, nem serenos, nem isentos de pesadas ameaças.

Surge como particularmente actual e digno de reter, por tal motivo, o aviso que, em dado momento nos foi feito pelos ingleses, de que com-

⁽⁶⁵⁾ Idem, *ibidem*, doc 2.08 (Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros), pág. 378. O Duque de Palmela, relatava nele a audiência que lhe havia sido concedida por Churchill. Este manifestara-lhe a sua muita satisfação por tudo ter corrido da melhor forma e fizera-lhe saber que sempre fora partidário da neutralidade portuguesa e contrário ao pedido de facilidades antes de a Inglaterra estar suficientemente forte para nos poder ajudar, o que, por quanto fica descrito, não parece rigorosamente exacto. Iria no dia seguinte, 12 de Outubro, fazer no Parlamento a declaração combinada, à qual juntaria umas palavras que tinha a certeza nos agradariam. Quanto à Alemanha julgava que não alteraria as suas relações com Portugal. Achava muito bem que continuássemos a dar-lhe mais volfrâmio, «para os ter quietos». Embora nada receasse pelo lado da Alemanha, seria conveniente que estivessemos alerta por esses três primeiros dias.

⁽⁶⁶⁾ General Ernesto Machado, *ob. citada*, pág. 208 a 214.

petirá muito mais a nós do que a quaisquer outros enfrentar e vencer as dificuldades e problemas que se nos depararem ⁽⁶⁷⁾. Exige-o a dignidade e uma esclarecida e indispensável prudência.

Carlos Gomes Bessa

Coronel

Da Academia Portuguesa da História

⁽⁶⁷⁾ DAPE, vol. VIII, doc. n.º 1590, atrás citado (nota 23).